

	Bahamas	Ilhas Virgens Britânicas	Ilhas Virgens Britânicas (VISTA)	Cayman	Cayman (STAR)	Chipre	Dubai (DIFC)	Guernsey	Hong Kong	Ilha de Man	Jersey	Malta	Maurício	Nevis	Nova Zelândia	Singapura	EUA (Dakota do Sul)
Aplica-se a <i>Common Law</i> inglesa	Sim	Sim	Sim <sup>13</sup>	Sim <sup>13</sup>	Sim <sup>13</sup>	Sim <sup>13</sup>	Sim <sup>44</sup>	Sim <sup>13</sup>	Sim <sup>13</sup>	Sim <sup>60</sup>	Sim <sup>13</sup>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Exigências de registro	Não	Não <sup>7</sup>	Não	Não	Não	Sim <sup>33</sup>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
Selo de imposto ( <i>Stamp duty</i> ) em escritura de trust	Sim <sup>1</sup>	Sim	Sim <sup>14</sup>	Sim <sup>21</sup>	Sim	Sim <sup>34</sup>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Exige-se trustee residente local	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim <sup>35</sup>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim <sup>87</sup>	Sim <sup>93</sup>	Não	Sim
Exige-se trustee licenciado	Sim	Sim	Sim <sup>15</sup>	Sim <sup>22</sup>	Sim <sup>28</sup>	Sim	Não	Sim	Não <sup>50</sup>	Sim <sup>61</sup>	Sim <sup>74</sup>	Sim	Sim	Sim <sup>87</sup>	Não	Sim <sup>102</sup>	Não
Exige-se residência do instituidor do trust ( <i>settlor</i> )	Não	Não	Não	Não	Não	Não <sup>36</sup>	Não	Não	Não	Não <sup>62</sup>	Não	Não	Não	Não	Não <sup>94</sup>	Não	Não
Exige-se residência do beneficiário	Não	Não	Não	Não	Não	Não <sup>36</sup>	Não	Não	Não	Não <sup>63</sup>	Não	Não	Não	Não <sup>88</sup>	Não <sup>94</sup>	Não	Não
Protetor permitido	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Exige-se protetor	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Opcional <sup>82</sup>	Não	Não	Não	Não
Período máximo de perpetuidade	Não máx	360 anos	Não máx <sup>16</sup>	150 anos	Não máx	Não máx	Não máx	Não máx	Não máx <sup>51</sup>	Não máx <sup>54</sup>	Não máx	125 anos	99 anos	Não máx	Não máx <sup>95</sup>	100 anos	Não máx
Restrição sobre propriedade de trust	Não	Não	Vide Nota 17	Não	Não	Não	Sim <sup>45</sup>	Não	Não	Não <sup>65</sup>	Não <sup>75</sup>	Não	Não <sup>93</sup>	Não <sup>89</sup>	Não	Não	Não
Tributação	Isento	Não	Isento	Isento <sup>23</sup>	Isento	Não <sup>37</sup>	Isento	Isento <sup>49</sup>	Normalmente Isento <sup>52</sup>	Normalmente Isento <sup>66</sup>	Isento	Vide Nota 81	Normalmente Isento <sup>84</sup>	Isento	Não <sup>96</sup>	Isento <sup>103</sup>	Não <sup>108</sup>
Exigência de informe local	Não	Não <sup>8</sup>	Não	Não	Não	Não <sup>38</sup>	Não <sup>46</sup>	Não	Não <sup>53</sup>	Não <sup>67</sup>	Não	Não	Sim <sup>85</sup>	Não	Sim <sup>97</sup>	Sim <sup>104</sup>	Não
Exigência de manutenção de registros	Sim <sup>2</sup>	Sim <sup>9</sup>	Sim	Sim <sup>24</sup>	Sim <sup>29</sup>	Não <sup>39</sup>	Sim <sup>47</sup>	Sim	Não <sup>54</sup>	Não <sup>68</sup>	N/A	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim <sup>105</sup>	Sim <sup>109</sup>
Trusts por propósito ( <i>Purpose Trusts</i> ) (não-filantropico) permitido	Sim	Sim <sup>10</sup>	Sim	Sim	Sim <sup>30</sup>	Sim	Sim	Sim	Não	Sim <sup>69</sup>	Sim <sup>76</sup>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Instituidor do trust ( <i>Setlor</i> ) com poderes reservados permitido	Sim	Sim	Sim	Sim <sup>25</sup>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim <sup>55</sup>	Sim <sup>70</sup>	Sim <sup>77</sup>	Sim	Não	Sim	Sim	Sim <sup>106</sup>	Sim
Legislação de proteção de ativos	Sim	Não <sup>11</sup>	Não	Sim <sup>26</sup>	Sim <sup>31</sup>	Não <sup>40</sup>	Não	Sim	Não <sup>56</sup>	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não <sup>98</sup>	Sim <sup>107</sup>	Sim
Dever legal de cuidado ( <i>Statutory duty of care</i> )	Não <sup>3</sup>	Sim	Não <sup>18</sup>	Não	Não	Não	Não	Não	Sim <sup>57</sup>	Sim <sup>71</sup>	N/A	Sim	Sim	Sim <sup>90</sup>	Sim	Sim	Sim <sup>110</sup>
Direito de beneficiários de remover trustee	Não <sup>4</sup>	Não	Vide Nota 19	N/A	N/A	Sim <sup>41</sup>	Não <sup>48</sup>	Sim	Sim <sup>58</sup>	Não	Sim <sup>78</sup>	Sim	Sim <sup>86</sup>	Não <sup>91</sup>	Vide Nota 99	Não	Não <sup>111</sup>
Direito à informação de beneficiários	Sim <sup>5</sup>	Não <sup>12</sup>	Não <sup>12</sup>	Não <sup>12</sup>	Vide Nota 32	Sim <sup>42</sup>	Não	Sim	Não <sup>12</sup>	Sim <sup>72</sup>	Sim <sup>79</sup>	Sim	Sim	Não <sup>12</sup>	Sim <sup>100</sup>	Não	Sim <sup>112</sup>
Poder do Tribunal	Sim <sup>6</sup>	Sim	Vide Nota 20	Vide Nota 27	N/A	Sim <sup>43</sup>	Sim	Sim	Vide Nota 59	Sim <sup>73</sup>	Vide Nota 80	Sim	Sim	Sim <sup>92</sup>	Sim <sup>101</sup>	Sim	Vide Nota 113

## Resumo de Legislação de Trust por Jurisdição Relevante

### Bahamas

*The Trustee Act* – última emenda 30 de dezembro de 2016

### BVI

*BVI Trustee Ordinance Act, 1961 – CAP 303* – última emenda 2013 e 2015

*VISTA Act 2003*. Também se aplica outra legislação BVI pertinente a trusts tais como a lei *Banks and Trust Companies Act, 1990* (conforme emenda) – última emenda em 2013

### Cayman

*Trusts Act* (Revisada 2021)

### Chipre

*The Trustees Law of Cyprus of 1955 (Cap 193)* e *International Trusts Law of Cyprus (Law 69(I) of 1992* conforme emenda pela *Lei 20(I)/2012*) – última emenda em setembro de 2013 (Alterada para estar alinhada às mudanças na Lei Fiduciária.)

### Guernsey

*The Trust (Guernsey) Law, 2007* – sem emenda até a presente data

### Hong Kong

*Trustee Ordinance CAP 29* – última emenda 1 de dezembro de 2013

### Ilha de Man

*Trustee Act 1961/Trustee Act 2001* – última emenda *Trusts (Amendment) Act 2015*

### Jersey

*Trusts (Jersey) Law* – última emenda Setembro de 2013. Emenda 7 entrou em vigor em 8 de junho de 2018.

### Malta

*Trusts and Trustees Act* – última emenda 25 de abril de 2014

### Maurício

*The Trusts Act 2001* – última emenda 1 de dezembro de 2012

### Nevis

*Nevis International Exempt Trust Ordinance* – última emenda 2015

### Nova Zelândia

*Trustee Act 1956* – última emenda 2012

### Singapura

*Singapore Trustees Act Cap 337* – última emenda 31 de março de 2017

### EUA (Dakota do Sul)

*SD Codified Laws Title 55 and Chapter 21-22* – última emenda 2018

## Notas de Rodapé

- 1 \$50
- 2 Seção 92A da Lei
- 3 Apenas para investimentos realizados a critério do trustee (ver Seção 5 da Lei)
- 4 O instituidor do trust (*settlor*) pode reservar direitos aos beneficiários na escritura de trust (ver Seção 42 da Lei)
- 5 A Seção 83 da Lei impõe obrigações legais aos trustees para tomarem “medidas razoáveis” para informar os beneficiários adquiridos a respeito do trust
- 6 Parte V da Lei
- 7 Não há obrigatoriedade em registrar qualquer trust inclusive um trust VISTA junto às autoridades regulatórias em BVI e, na verdade, todas as escrituras de trust são isentas de registro. Portanto, os detalhes de um trust BVI normalmente permanecerão confidenciais, sujeitos à divulgação apenas quando exigido por ordem da corte judicial de BVI.
- 8 Para exigências de informes que não sejam para FATCA e CRS
- 9 Não se exige contabilidade em BVI, no entanto, os trustees de trust BVI devem manter registros e documentação subjacente do mesmo por um período de pelo menos cinco anos. Os registros devem ser suficientes para mostrar e explicar todas as transações de trust e para permitir que a posição financeira do trust seja determinada com precisão razoável.
- 10 *The Trustee Ordinance* define um trust *por propósito* (*purpose trust*) declarando o que ele não é. Um trust por propósito (*purpose trust*) é *qualquer trust que não seja para o benefício de pessoas particulares ou um grupo de pessoas determináveis por referência a uma relação pessoal*. Um *purpose trust* pode ser criado para qualquer propósito, filantrópico ou não, desde que o propósito seja específico, razoável e possível e não immoral ou contrário à lei e à ordem pública.
- 11 Sem legislação específica; apenas jurisprudência
- 12 Sem disposição, jurisprudência
- 13 Sujeito às leis locais
- 14 \$200
- 15 Os trusts VISTA exigem pelo menos um trustee designado, que pode ser um trustee licenciado ou um PTC.
- 16 Sem período máximo para um trust VISTA. Uma escritura de trust VISTA pode excluir expressamente a regra em *Saunders v Vautier* (por um máximo de 20 anos), segundo a qual os beneficiários agindo como um todo podem alterar ou rescindir um trust se todos concordarem em fazê-lo (desde que não sejam prejudicados por qualquer incapacidade).
- 17 O trustee de um trust VISTA só pode deter ações de uma companhia constituída de BVI. No entanto, nada impede a propriedade de outros ativos pelo trust (por exemplo, dinheiro, propriedade, ações, etc.) que podem ser mantidos pela companhia de BVI subjacente (em oposição a diretamente pelo trustee).
- 18 Não para trust VISTA – O trustee não tem obrigação fiduciária ou obrigação de zelo em relação ao patrimônio ou às questões da companhia, a menos que haja um termo de intervenção especificada no documento de trust. No entanto, há um poder residual para o tribunal ordenar ou autorizar a alienação de ações quando a retenção for incompatível com os desejos do instituidor do trust (*settlor*) (seção 11).
- 19 Nos trusts VISTA, os beneficiários podem nomear um novo trustee mediante aposentadoria do trustee original, conforme a escritura de trust.
- 20 O trustee de trust VISTA pode solicitar ao tribunal cópias de documentos, contabilidade e registros da companhia subjacente, assim como aconselhamento e instruções.
- 21 CIS40
- 22 Se for local
- 23 Part VI – Trusts isentos, mediante uma taxa, garantem isenção para período futuro
- 24 Seção 27A; multa de \$5,000
- 25 Seção 14
- 26 Veja Lei de Disposições Fraudulentas (*Fraudulent Dispositions Law*)
- 27 Trustee pode solicitar ao Tribunal aconselhamento e instruções, Seção 48
- 28 Apenas Cayman ou Cayman PTC
- 29 Art 27A; Multa de \$5,000
- 30 Deve ter um Executor (Enforcer)
- 31 Veja Lei de Disposições Fraudulentas (*Fraudulent Dispositions Law*)
- 32 Pode ter beneficiários deslegitimizados, necessita de executor (enforcer)
- 33 Um Registro Privado é mantido junto a cada uma das três autoridades que supervisionam e regulam a prestação de serviços de trustee.
- 34 €430
- 35 Um co-trustee estrangeiro pode ser nomeado
- 36 Não deve ser residente fiscal do Chipre no ano anterior à criação do Trust (exceto para fins caritativos)
- 37 Quando o beneficiário é residente do Chipre, os rendimentos são tributados de acordo, independentemente de onde tenham sido gerados. Rendimentos gerados em Chipre são tributáveis.
- 38 Outras que não as obrigações regulamentares FATCA/CRS
- 39 Sem exigência estatutária do Chipre, mas Trustees podem exigir para fins de boas práticas
- 40 Enquadra-se na lei *Cyprus Trust legislation Law of 69(I) de 1992 e 20(I) de 2012*
- 41 Cláusula 5 de 20(I) 2012
- 42 Se o Trustee considerar que isso seja necessário e de melhor interesse do Trust
- 43 Cláusula 11 de 20(I) de 2012
- 44 O DIFC aplica boas práticas em nível global e não apenas *common law*
- 45 Existem algumas restrições ao direito de livre propriedade em Dubai

- 46 A menos que o Escritório de Registro (Registrar) emita uma notificação, ele por sua vez só divulgará informações a pedido de um regulador (regulator)
- 47 Por pelo menos 6 anos após o Trust deixar de existir
- 48 Embora um beneficiário possa solicitar ao tribunal a remoção de um trustee
- 49 Isento se não existir renda proveniente de Guernsey ou partes de um trust (*trust parties*) (além do trustee)
- 50 Se o serviço de *Trustee* for fornecido como um negócio então uma licença do Registro TCSP é exigida
- 51 80 anos para Trusts anteriores a 1 de dezembro de 2013
- 52 Lucros sobre transações (*Trading profits*) sujeitos a imposto sobre lucros (*Profits Tax*)
- 53 A menos que seja exigido apresentar declaração de Imposto sobre Lucros (*Profits Tax return*)
- 54 Nenhuma exigência legal de Hong Kong, mas extensa jurisprudência estabelece que "um trustee deve estar em dia com sua contabilidade."
- 55 Seção 41X, apenas no que diz respeito ao poder de investimento ou gestão de ativos
- 56 Ver restrições de tempo nas seções 49-51 da Lei de Falências (*Bankruptcy Ordinance*)
- 57 Seção 3A, pode optar por não aplicar em Escritura de Trust
- 58 Seção 40A, a menos que 40D se aplique
- 59 *Trustee* ou beneficiário podem solicitar instruções do tribunal; ver Seção 56
- 60 Mais correto afirmar que a *common law* inglesa geralmente é seguida. Historicamente, a Ilha de Man e os tribunais ingleses às vezes seguem precedentes estabelecidos na outra.
- 61 Exigência regulatória para que o *Trustee* que atua com fins lucrativos na IOM (Ilha de Man) seja licenciado na IOM
- 62 O instituidor do trust (*settlor*) deve ser um indivíduo ou uma entidade, portanto deve haver uma residência do instituidor do trust (*settlor*). Não há necessidade para o instituidor do trust (*settlor*) ser residente na IOM. Exige-se evidência de conhecimento e documentação de residência do instituidor do trust (*settlor*) para cumprir com as obrigações regulatórias da IOM.
- 63 Não há necessidade de que os beneficiários sejam residentes da IOM. Exige-se conhecimento e evidência documental das residências dos beneficiários para cumprir as obrigações regulatórias da IOM. Consulte a nota de rodapé sobre tributação abaixo.
- 64 *Per Trust (Amendment) Act 2015* - Um período fixo de trust pode ser incluído nos termos de trust e é recomendado.
- 65 Veja a próxima nota de rodapé sobre potencial passivo fiscal (potential tax liability) se houver fonte de renda da IOM.
- 66 Isento do Imposto de Renda da IOM desde que:
- (a) nenhum residente da IOM seja (ou possa ser) um beneficiário; e
- (b) nenhuma fonte de renda da IOM a não ser de fontes aprovadas (principalmente bancos e building societies na IOM)
- 67 Outras que não obrigações regulatórias FATCA/CRS, etc.
- 68 Nenhuma exigência legal da IOM, mas ampla jurisprudência estabelece que "um trustee deve estar em dia com sua contabilidade."
- 69 *Purpose Trusts Act 1996*
- 70 Desde que os termos de um trust possam incluir poderes reservados ao instituidor do trust (*settlor*) - NÃO um tipo definido de trust (*NOT a defined type of trust*)
- 71 Ver *Trustee Act 2001*
- 72 Não previsto nos estatutos da IOM, mas ampla jurisprudência inglesa e da IOM fornece autoridade
- 73 *Trustees* podem solicitar ao Tribunal da IOM instruções em determinadas circunstâncias - *Trustee Act 1961*, ex., Seções 55 e 61
- 74 Se for local
- 75 Imóveis de Jersey não permitidos
- 76 Deve ter um executor (enforcer)
- 77 Ver Artigo 9
- 78 Através de aplicação do *Court Article 51*
- 79 Limitada pelo Artigo 29 e pela *Common Law*
- 80 *Trustee* ou beneficiário podem solicitar instruções do tribunal; ver Artigo 51
- 81 Isento quando todos os beneficiários não forem residentes de Malta
- 82 A nomeação de um protetor é opcional já que depende do cliente.
- 83 A aprovação precisa ser solicitada junto ao gabinete do Primeiro Ministro para a transferência de bens imóveis
- 84 Um trust não residente é isento de impostos. Um trust residente é tributável sobre sua renda cobrável à taxa de 15% ao ano.
- 85 Um registro a ser feito junto à Autoridade Fiscal de Maurício (*Maritius Revenue Authority*) confirmando a residência dos beneficiários
- 86 Direito do instituidor do trust (*Settlor*)/Protetor/Beneficiário de remover o trustee
- 87 *Trustee* licenciado ou *Nevis Corporation/LLC*
- 88 Os beneficiários devem sempre ser não-residentes de St. Kitts e Nevis
- 89 A propriedade de Trust não deve incluir qualquer imóvel situado em St. Kitts & Nevis
- 90 Pode ser anulado em um trust dirigido (*directed trust*)
- 91 Nenhuma disposição, pode permitir instrumento de trust ou jurisprudência
- 92 Extensiva, conforme as seções 20-30 da Portaria
- 93 Ou não será um trust estrangeiro (*foreign trust*) da Nova Zelândia
- 94 Proibido ou não será um trust estrangeiro (*foreign trust*) da Nova Zelândia
- 95 O período do trust é de 125 anos; não há período de perpetuidade para que os bens possam ser reinstalados em outro trust sem violar as regras de perpetuidade
- 96 Desde que seja um trust estrangeiro (*foreign trust*) da Nova Zelândia, sem renda proveniente da Nova Zelândia
- 97 Documento de trust e detalhes do instituidor do trust (*Settlor*), Protetor e classes de beneficiários são reportáveis, juntamente com as liquidações (*settlements*) e distribuições. No entanto, este registro está fechado para todos, exceto para as autoridades estatutárias do governo e apenas diante do fornecimento de uma razão legítima para o acesso. "Pesca" não é permitida e o registro não pode ser minado para outros (AEOI) fins.
- 98 Os trusts estrangeiros (*foreign trusts*) da Nova Zelândia não são automaticamente sujeitos à legislação de proteção de ativos da Nova Zelândia, mas um beneficiário estrangeiro pode mover uma ação nos tribunais da Nova Zelândia quanto à proteção/direito de ativos em relação aos ativos mantidos no Fundo de Trust.
- 99 Depende da redação do documento de trust, mas geralmente não até que o instituidor do trustee/ou Protetor esteja falecido ou incapacitado.
- 100 Os trustees devem fornecer informações básicas do trust aos beneficiários mas é permitido fazer contratos fora disso na escritura do Trust.
- 101 O trustee ou o beneficiário podem solicitar instruções aos tribunais, seções 66 e 67
- 102 Os trustees profissionais de Singapura que atuam como trustees de qualquer trust de forma comercial devem ser licenciados pela Autoridade Monetária de Singapura (*Monetary Authority of Singapore*). Companhias Privadas de Trust devem contratar uma companhia de trust licenciada para funções de *compliance*.
- 103 A isenção só se aplica se os critérios forem atendidos de acordo com a Seção 13 da Lei de Imposto de Renda de Singapura (*Singapore Income Tax Act*).
- 104 Declarações de isenção de impostos/declarações nulas são registradas junto ao IRAS
- 105 84A (2) (c) of STA
- 106 90 (5) of STA
- 107 35 of STA (*Protective trusts*)
- 108 No entanto, o imposto federal dos EUA pode ser aplicado
- 109 O instituidor do trust (*settlor*) pode renunciar à exigência de prestar contas ao tribunal e/ou de manter contabilidade
- 110 O instituidor do trust (*settlor*) pode renunciar ou fazer modificações na escritura de trust
- 111 O instituidor do trust (*settlor*) pode conceder aos beneficiários o direito de remover o trustee na escritura de trust
- 112 O instituidor do trust (*settlor*) pode se reservar o direito de modificar, restringir ou renunciar o direito na escritura de trust e conceder um poder contínuo a uma terceira pessoa após a morte ou incompetência do instituidor do trust (*settlor*)
- 113 SDCL 21-22-9 - As partes do trust podem buscar supervisão do tribunal
- SDCL 55-3-20 - O tribunal pode remover o trustee
- SDCL 55-3-26 - O tribunal pode modificar os termos do trust ou rescindir o trust
- SDCL 55-3-28 - O tribunal pode reformar os termos do trust